

**Indicação nº 007/2025** – Gab/Ver. Delegado Carrasco.

Guaraí/TO, 07 de março de 2025.

Ao

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Guaraí

**Vereador Allan Carlos Noronha Araújo**

Nesta

Exmo. Senhor Presidente,

Este Vereador subscritor, no desempenho de suas funções de fiscalização e assessoramento, e com fundamento jurídico nos artigos 1º, Parágrafo Único, da Constituição Federal, 22 da Lei Orgânica do Município de Guaraí, 1º, 2º, §§ 2º e 3º, e 147 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaraí, vem, respeitosamente, INDICAR à Excelentíssima Senhora Prefeita Maria de Fátima Coelho Nunes, através das Secretarias Competentes, que sejam tomadas as providências necessárias para a realização de concurso público de provas e títulos para preenchimento de cargos vagos no quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

### **DA JUSTIFICATIVA PARA A INDICAÇÃO**

Tendo em vista a necessidade de cumprimento do Princípio Constitucional do Concurso Público para o ingresso no serviço público, é fundamental que a Prefeitura Municipal dê prosseguimento aos trâmites necessários para a realização de concurso público de provas e títulos para o preenchimento de cargos vagos no quadro efetivo do Poder Executivo Municipal.

Destaca-se que já há um Inquérito Civil Público em tramitação no Ministério Público do Estado do Tocantins para apurar a violação do princípio constitucional do ingresso por concurso público e que o referido órgão ministerial fixou prazo até o próximo dia 11 de março para que a Prefeitura comprove o envio dos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR's) à Câmara Municipal, uma vez que a Administração Municipal alega que os novos PCCR's seriam condição para a realização do concurso público;

Diligência 06616/2025

A Sua Excelência, a Senhora  
**MARIA DE FÁTIMA COELHO NUNES**  
Prefeita Municipal de Guaraí–TO  
Prefeitura Municipal de Guaraí–TO  
Av. Bernardo Sayão, s/n, Centro, Guaraí–TO  
CEP: 77700-000 Guaraí–TO

Assunto: Contratações excessivas de agentes temporários pelo Município de Guaraí-TO, em detrimento da realização de concurso público.

Ref.: Inquérito Civil Público nº 2023.0004159 (favor usar esta referência).

Excelentíssima Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a cordialmente e objetivando subsidiar os trabalhos desenvolvidos nesta Promotoria de Justiça, em especial a instrução do Inquérito Civil Público nº 2023.0004159, requisito a Vossa Excelência, no prazo de 15 (quinze) dias, informar se os projetos de lei referentes aos novos Planos de Cargos, Carreiras e Remuneração dos servidores municipais já foram concluídos e enviados ao Poder Legislativo local.


Em caso positivo, requisito o envio de cópias dos aludidos projetos de lei a esta Promotoria de Justiça, com o respectivo protocolo da Câmara Municipal de Guaraí.

Guaraí, 24 de fevereiro de 2025 às 14:51:40

Ressalta-se que, em reunião realizada em janeiro do corrente ano, o Secretário Municipal Riavan afirmou que os PCCR's já estavam prontos e seriam encaminhados à Câmara Municipal na primeira semana da legislatura;

Observa-se que, atualmente, dos 1.147 cargos existentes no Poder Executivo Municipal, 636 estão ocupados por servidores contratados ou comissionados, o que representa mais de 50% dos cargos providos sem a realização de concurso público;

Vejamos a relação de servidores:



ESTADO DO TOCANTINS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAI

**RESUMO GERAL DE FUNCIONÁRIOS - COMPETÊNCIA: MARÇO/2025**

Tipo De Admissão	Quantidade
TEMPO DETERMINADO/PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	551
CONCURSADO	493
COMISSIONADO	85
DISPOSIÇÃO COM ÔNUS	8
CONSELHO TUTELAR	6
VICE-PREFEITO	1
ADMISSÃO ANTERIOR A 05/10/83 (NÃO COMISSIONADO)	1
PENSIONISTA (TEMPORÁRIO)	1
PREFEITO	1
<b>Total Geral</b>	<b>1147</b>

Salienta-se que o último concurso público realizado no município de Guaraí ocorreu no ano de 2016 e que, somado à recente Medida Provisória 02/2025, a qual solicita autorização para contratação por "tempo determinado" para o preenchimento de centenas de cargos vagos, pode-se estar diante de uma possível violação dolosa de preceitos constitucionais, o que pode ensejar a responsabilidade do gestor;

Dessa forma, solicitamos que a Secretaria competente tome as devidas providências para corrigir essa situação, garantindo a legalidade no provimento dos cargos públicos. Essa medida é fundamental para assegurar a transparência e a moralidade na administração pública, bem como o cumprimento da Constituição Federal.

Resta demonstrado, salvo melhor juízo, o **interesse público** na demanda ora apresentada, motivo pelo qual solicitamos que a presente indicação seja pautada para apreciação pelo digno Plenário desta Casa de Leis.

Na oportunidade, renovamos votos de elevada estima e distinta consideração.

Respeitosamente,



---

**Vereador Delegado Carrasco**  
Legislatura 2025 - 2028